

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1884)
FRANCISCO RANSEL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1885-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1969)

LUIZ CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1998)
LUIZ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

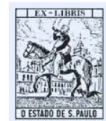
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
ROBERTO CRISTIAN MESQUITA
MEMBROS
FERNANDO C. MESQUITA
FRANCISCO MESQUITA NETO
JULIO CESAR MESQUITA
LUIZ CARLOS ALENCAR
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCÂNTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARIANA UEMURA SAMPAIO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SERGIO MALGUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

A quem serviu o orçamento secreto



Emendas de relator facilitaram a vida de Bolsonaro, mas o que elas realmente garantiram foi o poder desmedido da Mesa Diretora da Câmara, ante o Executivo e o próprio plenário

Em março de 2019, o então presidente da Câmara Rodrigo Maia (PSDB-RJ) diagnosticou a existência de um problema que acabaria por se tornar crônico ao longo do mandato de Jair Bolsonaro. Ao falar sobre as dificuldades do governo para aprovar a reforma da Previdência, Maia discorreu sobre a dinâmica entre o Executivo e o Legislativo e as atribuições que cabiam a cada um dos Poderes. “O presidente da Câmara, que sou eu, vai continuar dentro da Câmara, dialogando com os deputados, mas eu não tenho

responsabilidade e nem o governo pode me delegar responsabilidade de construir uma base para o governo”, afirmou.

Nunca compreendida pelo governo, a mensagem sintetiza o que foram as relações entre os Poderes nos últimos anos. Muitas vezes, Maia foi acusado de boicotar os projetos defendidos pelo presidente. É verdade que o deputado nunca levou a plenário propostas caras ao bolsonarismo, como as ligadas a costumes, mas também é fato que foi sob sua presidência que os parlamentares deram aval a marcos como a refor-

ma da Previdência, a Lei do Saneamento e a Lei do Gás.

O bolsonarismo, porém, não aceita a independência dos Poderes, e foi assim que decidiu apostar suas fichas na eleição de um aliado para o comando da Câmara. Em 2020, a Secretaria de Governo deu início ao orçamento secreto, privilegiando parlamentares dispostos a votar em Arthur Lira (PP-AL) com as emendas de relator. Inapto e sem disposição para a articulação política, o presidente cedeu o controle de uma parcela da peça orçamentária para se manter no cargo e terceirizou a Lira a função que Maia recusou: formar uma maioria na Casa para aprovar os projetos de interesse do governo.

Sob esse ponto de vista, há quem veja que o Supremo Tribunal Federal (STF), ao declarar a inconstitucionalidade do orçamento secreto, tenha reduzido os instrumentos que o Executivo tem à mão para negociar o apoio do Legislativo e gestado uma crise para o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva. Se isso fosse verdade, isto é, se a governabilidade construída à base de emendas de relator fosse garantida, os deputados jamais teriam rejeitado, por exemplo, a PEC do voto impresso, a maior e mais amarga derrota imposta a Bolsonaro.

É claro que a intenção inicial não era essa, mas quem mais se beneficiou do esquema foi Lira. Não é coincidência que o orçamento secreto tenha nascido e morrido às vésperas da eleição do comando da Câmara. Com recursos bilionários à sua disposição, distribuídos por critérios que só ele conhecia, Lira não perdeu nenhuma votação na

Casa, à exceção da PEC do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). As negociações entre Lula e o presidente da Câmara para aprovar a PEC da Transição provam que a base aliada, afinal, nunca pertenceu a Bolsonaro. Explicam, também, as razões pelas quais o moribundo governo acabou no dia em que ele perdeu a eleição, em 30 de outubro.

Não há dúvida de que as emendas de relator facilitaram a vida de Bolsonaro, mas o que elas realmente garantiram foi a onipotência da Mesa Diretora. A instituição legislativa, pela primeira vez na história, assumiu uma função típica do Executivo e passou a executar uma parte do Orçamento. As emendas, por fim, fortaleceram a posição do presidente da Câmara perante o próprio plenário de deputados, desequilibrando as relações entre os parlamentares a ponto de, até agora, não haver desafios para disputar a eleição com ele em fevereiro.

A ausência das emendas de relator cria, portanto, mais do que uma chance para a reconstrução das relações entre Executivo e Legislativo a partir de novas bases. Abre, também, uma oportunidade para restabelecer as condições de igualdade entre cada um dos 513 parlamentares. O orçamento secreto, afinal, sujeitou todos aos desígnios da Mesa Diretora e retirou a autonomia dos deputados para votar conforme a orientação de seu partido ou sua própria consciência. O fim do instrumento pode, por fim, representar o resgate da maior virtude do plenário: a garantia de que cada voto tem exatamente o mesmo valor. ●

Boiada sem fim

Ao liberar a extração de madeira em terras indígenas a duas semanas do fim do mandato, governo Bolsonaro confirma: seu descaso com a preservação do meio ambiente não tem limite

Do início ao fim, foram quatro anos passando a boiada. Eis, infelizmente, a melhor síntese da atuação do governo do presidente Jair Bolsonaro em relação ao meio ambiente. A mais nova demonstração de descaso com a preservação das florestas veio a duas semanas do término do atual mandato: uma instrução normativa publicada no *Diário Oficial* da União autoriza a extração de madeira em terras indígenas, abrindo caminho para a devastação de uma das últimas fronteiras contra o desmatamento no País. Má notícia para quem se preocupa com a conservação do planeta.

A iniciativa, claro, atende a interesses poderosos. Como se sabe, as terras indígenas são áreas demarcadas e, em

terese, protegidas. Por isso mesmo, concentram vastas porções de mata nativa, o que acaba despertando a cobiça de muita gente em regiões onde o crime organizado está presente. Como noticiou o *Estado*, essas áreas já são alvo da exploração ilegal que se vale de falhas na fiscalização. Cabe perguntar: a quem interessa flexibilizar regras para permitir a extração de madeira em terras indígenas?

A instrução normativa é obra conjunta da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Além de autorizar a derrubada de árvores em áreas indígenas, prevê que isso possa ser feito por “organizações de composição mista”, isto é, por associações formadas por indígenas e não indígenas.

Mais um disparate que abre brechas para a exploração indevida de florestas em localidades que, na verdade, devem servir de barreira ao desmatamento.

Não surpreende que representantes de organizações ambientais tenham reagido no mesmo dia em que a instrução normativa foi publicada, denunciando que o ato atropela a Constituição e o Estatuto do Índio. Entrevistada pelo *Estado*, a advogada Juliana de Paula Batista, do Instituto Socioambiental, foi categórica ao afirmar que a nova regra “afronta o usufruto exclusivo que os indígenas têm das riquezas dos rios, lagos e solos” nas terras demarcadas.

Fosse em qualquer outro governo, a simples menção à Funai e ao Ibama sugeriria, em princípio, tratar-se de medida voltada à proteção do meio ambiente e dos povos indígenas. Sob Bolsonaro, porém, os sinais se invertem: não raro, nos últimos anos, autoridades e setores do governo que deveriam zelar por sua missão institucional foram flagrados agindo em sentido contrário. Uma lástima.

Nada disso surpreende, considerando que o próprio ministro do Meio Ambiente deixou claro, a certa altura, que o governo deveria aproveitar que a atenção nacional estava mobilizada pela pandemia de covid-19 para “passar a boiada” – isto é, aprovar a toque de caixa leis e normas tendentes a des-

truir o arcabouço de proteção ambiental, em nome do “progresso” e do “desenvolvimento”. Não à toa, o Brasil virou pária internacional e foi escanteado nas discussões globais a respeito das mudanças climáticas, tema central em todo o mundo. Esse mesmo ministro deixou o governo em 2021, na condição de investigado em um caso de exportação ilegal de madeira.

Sem dúvida, o próximo governo fará bem se puser fim aos diversos atos danosos ao meio ambiente produzidos na gestão Bolsonaro, como, por exemplo, as medidas que facilitaram o garimpo na Amazônia. Os olhos do mundo, com razão, estão voltados para a política ambiental brasileira, e é preciso mudar drasticamente o rumo do que foi feito nos últimos quatro anos.

Mas ainda restam alguns dias desse governo tão danoso ao meio ambiente, e, como mostra a decisão que permite a extração de madeira em reservas indígenas, sua capacidade de destruição ainda não se esgotou. Menos mal que não há ato legal capaz de frear o tempo: a partir de 1.º de janeiro, o presidente que classificou como fake news as informações alarmantes sobre a devastação na Amazônia durante seu mandato já não estará mais lá para insultar a inteligência dos cidadãos brasileiros nem para continuar sua razão ambiental. ●